



12º Congresso de Pós-Graduação

MEDIDAS DE PROTEÇÃO EM FACE DE INTERFERÊNCIA DE TERCEIROS NAS SOCIEDADES LIMITADAS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Autor(es)

ROBERTA ELOÍSA BOHN

Orientador(es)

JOSÉ ADEMIR CRIVELARI

Resumo Simplificado

O trabalho trata de assunto pouco explorado no direito pátrio, qual seja, sobre as medidas de proteção que podem vir a ser utilizadas visando impedir a interferência de terceiros nas sociedades limitadas, abordagem que é feita levando-se em consideração as previsões legais atualmente existentes acerca do Direito Societário, as regras específicas das limitadas, bem como, como a aplicabilidade da Lei das Sociedades Anônimas, quando assim for convencionado no ato constitutivo do ente societário. De maneira sucinta, podem ser citados, como exemplos de formas ou medidas de proteção da sociedade limitada, em face de terceiros: a expressa previsão contratual de regência supletiva; a inserção de cláusulas contratuais denominadas dispensáveis ou acidentais; a escolha adequada quanto ao regime de bens em casamento a ser adotado; a elaboração de acordo de quotistas entre os sócios; a elaboração de um planejamento sucessório adequado às necessidades dos sócios com o fito de prever ou excluir futura comunicação à participação societária do cônjuge ou herdeiros, o qual pode ser promovido por um ou mais dos seguintes recursos: Doação de quotas desde que no termo de doação haja cláusula prevendo reserva de usufruto, cláusula de reversão das quotas em determinadas situações, a incomunicabilidade, impenhorabilidade ou inalienabilidade das mesmas; Acordo de quotistas; Testamento; Governança corporativa; Criação de Holding; Organização e estruturação societária, dentre outras. O estudo desenvolvido teve como objetivo apresentar as medidas que podem ser adotadas com o fito de preservar o patrimônio societário, bem como, o patrimônio pessoal dos sócios de eventual interferência de terceiros; e, também lembrar que se faz necessária uma análise levando-se em consideração as previsões legais vigentes e os reflexos jurídicos advindos da (s) lacuna (s) legal (is) atualmente existente (s) na legislação específica, e quanto à aplicabilidade da legislação supletiva previamente eleita em cada caso; demonstrando que serão muitas vezes diversos os reflexos jurídicos num ou em outro caso. O trabalho foi desenvolvido após leitura de livros, periódicos e jurisprudência pátria que tratam da temática proposta. Com o desenvolvimento da pesquisa percebeu-se que o tema estudado vem sendo cada vez mais abordado, e que se trata de assunto amplo e complexo, que demanda uma análise criteriosa quanto à sua aplicabilidade em casos concretos, justamente, por isso, acredita-se que certamente será objeto de inúmeras reflexões jurídicas por parte dos operadores e aplicadores do direito o que fará com que haja um aperfeiçoamento da atual legislação que trata do assunto objeto da sobredita pesquisa. Por fim, conclui-se que o domínio do assunto e uma boa orientação prévia antes da constituição societária, se farão essenciais àquele que queira ingressar de maneira mais segura no âmbito empresarial, utilizando-se da maneira mais proveitosa possível às previsões legais atualmente existentes.